

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.153 - SP (2019/0296240-0)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : ELIMAIRA MICAELA CAMARGO SGOTTI**  
**ADVOGADO : ELIMAIRA MICAELA CAMARGO SGOTTI - SP317511**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : RAFAEL SANT ANA DE OLIVEIRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL SANT ANA DE OLIVEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do *Writ* n. 2130306-62.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que foi decretada a prisão preventiva do paciente, pela prática, em tese, do crime previsto nos arts. 35 c/c art. 40, inciso III e V, ambos da Lei n. 11.343/06.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Aduz o impetrante, em síntese, haver constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo na formação da culpa do paciente, porquanto a prisão se efetivou em 19/8/2016 e até a presente data não houve o encerramento da instrução processual.

Requer a concessão sumária da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura.

A liminar foi indeferida.

As informações solicitadas foram devidamente prestadas.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem (e-STJ fls. 522-524).

É o relatório.

Cumprido pontuar, inicialmente, que esta Corte Superior de Justiça não mais admite a utilização do *habeas corpus* em substituição ao recurso cabível, como ocorre na hipótese, circunstância que impede o seu formal conhecimento.

No entanto, o alegado constrangimento ilegal será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

Compulsando os autos, constata-se que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções dos arts. 35 c/c art. 40, inciso III e V, ambos da Lei n. 11.343/06, tendo o Juiz primevo decretado a prisão preventiva do acusado e de outros 7 (sete) corréus, em 14/9/2016.

No tocante ao alegado excesso de prazo para a formação de culpa, cumpre destacar que, consoante orientação jurisprudencial desta Corte Superior de Justiça, os lapsos temporais indicados na legislação pátria para a finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso apenas pela soma aritmética dos prazos legais.

De fato, em homenagem ao princípio da razoabilidade, admite-se certa variação nos referidos prazos, de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto,

# Superior Tribunal de Justiça

devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

Embora seja dever do Estado primar pela célere prestação jurisdicional, em homenagem ao princípio constitucional da razoável duração do processo, forçoso reconhecer que, no caso examinado, não se vislumbra manifesto constrangimento ilegal passível de ser sanado por este Tribunal Superior.

Com efeito, pelo que se observa do caso concreto, a denúncia foi recebida em 10/5/2018, tendo sido expedidas cartas precatórias para inquirição de testemunhas que residem fora da jurisdição, aguardando-se, no momento da prestação das informações pelo juiz singular, a oitiva de testemunha arrolada pela acusação.

A propósito, vale transcrever excerto do aresto proferido pelo Tribunal de origem que asseverou:

*[...] Assim, conforme as informações prestadas, verifica-se que o feito em questão conta com mais oito acusados e ainda se encontra na fase de instrução em razão da expedição de cartas precatórias para oitiva de testemunhas. Portanto, a maior duração da instrução se justifica em razão da evidente complexidade do processo, além da existência de diversos réus com distintos defensores e de testemunhas a serem ouvidas em diferentes Comarcas. Portanto, não se trata de caso de morosidade judicial que configure flagrante ilegalidade. Ademais, a manutenção da custódia cautelar se justifica em razão da alta periculosidade concreta das condutas em apreço.*

Nesse contexto, não há que se falar em desídia ou negligência do Estado-Juiz para com seus cidadãos, inexistindo, portanto, coação advinda de excesso de prazo na formação de culpa, já que não foram transpostos os limites da razoabilidade, não se podendo concluir como excessivo o tempo decorrido até o momento, mostrando-se inviável a soltura do paciente por este fundamento, considerada, ainda, a complexidade do caso concreto.

Nesse norte (destaques acrescidos):

**HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA. PARECER ACOLHIDO.**

*1. Caso em que não se está diante de excepcionalidade a justificar a precoce extinção da ação penal. A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, o que permite a compreensão dos fatos e possibilita o amplo exercício da defesa e do contraditório. Não há razão para impedir o Estado-Administração de demonstrar a eventual responsabilidade penal dos acusados, isso, diante do quadro apresentado, implicaria cercear o direito-dever do Poder Público*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*em apurar a verdade sobre o que se passou.*

*2. Na espécie, a peça acusatória narra que o paciente integra uma associação criada para a prática de tráfico de drogas, que tem forte ligação com o Comando Vermelho.*

*3. Segundo pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, a configuração de excesso de prazo não decorre da soma aritmética de prazos legais. A questão deve ser aferida segundo os critérios de razoabilidade, tendo em vista as peculiaridades do caso.*

*4. Na hipótese dos autos, o Magistrado de piso parece estar tomando todas as medidas para o andamento do feito, tanto que realizou audiência de instrução e, em nenhum momento, deixou o processo paralisado. Além de que o processo conta com vários réus, demandando a realização de várias diligências.*

*5. Ao indeferir o pedido de revogação da prisão preventiva, o Magistrado destacou que o paciente possui outros processos criminais em tramitação, demonstrando, assim, a sua habitualidade na prática de crimes, fundamento suficiente para manter a prisão cautelar.*

*6. Ordem denegada.*

*(HC 455.552/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 17/09/2019)*

*HABEAS CORPUS. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. AUSÊNCIA DO DECRETO PRISIONAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE CARACTERIZADA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO JUÍZO. EVENTUAL MORA DECORRENTE DAS PECULIARIDADES DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS E ANÁLISE DE PEDIDOS DE LIBERDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.*

*2. O pedido de revogação das prisões preventivas se torna inviável de apreciação, pois constata-se que o writ está deficientemente instruído diante da ausência de cópia que decretou a prisão preventiva, documento essencial ao exame da controvérsia e da plausibilidade do pedido.*

*3. Constitui entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça que somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa*

# Superior Tribunal de Justiça

*ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais.*

4. Na hipótese, eventual mora na tramitação do processo não pode ser atribuída ao Juízo, mas às peculiaridades do caso, considerando a pluralidade de réus (3), sendo um deles com advogado distinto, e a complexidade do feito, que demanda a oitiva de diversas testemunhas, inclusive sendo necessária a expedição de cartas precatórias, ofícios, análises de pedidos de liberdade provisória e prestação de informações em habeas corpus.

Consta, ainda, despacho datado de 7/5/2019 para a indicação/nomeação de advogado para a defesa de um dos pacientes, haja vista a renúncia defensor anterior.

5. Não há, pois, falar em desídia do Magistrado condutor, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputada ao Judiciário a responsabilidade pela demora do feito.

6. Habeas corpus não conhecido.

(HC 458.996/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019)

Por essas razões, inviável o reconhecimento de constrangimento ilegal por excesso de prazo no presente caso.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator